

Jornal do SINTUFCE

Vamos à Luta com Ética e Transparência!



ANO 2 - EDIÇÃO ESPECIAL GREVE - OUTUBRO / 2015



GREVE 2015: 133 dias de luta em defesa dos nossos direitos!

No último dia 8 de outubro, em Assembleia Geral Unificada com 224 técnico-administrativos da Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Cariri (UFCA) e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), foi aprovado o fim da greve nas três universidades. Esta foi a greve mais longa da FASUBRA e com maior número de ações. Foram 133 dias de paralisação e adesão de 65 Instituições Federais de Ensino. Os servidores retornaram ao trabalho no dia 13 de outubro.

O acordo

O Comando Nacional de Greve da FASUBRA Sindical, em reunião com representantes do governo federal no último dia 6 de outubro, oficializou o Termo de Acordo referente às negociações realizadas no período de greve. (Acesse o Termo de Acordo e as tabelas no site do SINTUFCE.) Também foi assinado o Termo de Acordo de reposição de trabalho, com teor semelhante ao firmado na greve de 2012 (a reposição será do trabalho acumulado durante o período da greve). Os documentos deverão ser homologados no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Reajustes

O índice de reajuste para agosto de 2016 será de 5,5% e, em janeiro de 2017, será de 5%, com a inclusão de 0,1% de reajuste no step (diferença entre um nível e outro na tabela salarial). Já os benefícios serão reajustados a partir de janeiro de 2016, nos seguintes índices: auxílio saúde, 22,8% (diferenciado por idade e faixa salarial); auxílio pré-escolar hoje com valores variáveis, de R\$ 66 a R\$ 95, passa para R\$ 321,00. Já o auxílio alimentação sobe de R\$ 373,00 para R\$ 458,00.

Avaliação

Num processo em que o Governo teve de recuar de algumas de suas diretrizes, como o parcelamento do índice em quatro anos, estratégico para o ajuste fiscal, também teve limitadores

e recuos por parte do governo em aspectos que expressam seu compromisso com o superávit para os banqueiros. A proposta resultante foi aceita pela maioria dos trabalhadores e homologada em assembleias realizadas dias 5 e 6 de outubro.

Para a Federação, o Termo de Acordo ainda está aquém do que poderia ser feito em reconhecimento aos trabalhadores técnico-administrativos, mas é o resultado da luta e intervenção da categoria. Mesmo em meio ao quadro de ajuste fiscal, a Categoria obteve algo que minimiza as perdas, além de colocar uma perspectiva de calendário de mobilizações e lutas em breve.

Ainda serão retomados debates de pontos como os editais para implementação de 2.000 vagas de graduação e 2.000 vagas de especialização para os trabalhadores técnico-administrativos em educação no primeiro semestre de 2016; a racionalização; capacitação; trabalhadores cedidos à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH); assédio moral; e outros itens da pauta de reivindicações.

A afirmação diante do governo é de que toda a agenda para tratar das questões colocadas seja cumprida em breve, contemplando as cláusulas do acordo. A unidade da categoria foi uma das premissas importantes para o alcance dos resultados.

A direção da FASUBRA considera a greve vitoriosa com destaque para a unidade da categoria e o esforço na busca de consensos. A luta continua contra a retirada de direitos, pela regulamentação da negociação coletiva e política salarial.

Abono permanência

O secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação, Jesualdo Farias, afirmou, na mesa de negociações, que, com a retirada do abono permanência, cerca de 17 mil trabalhadores técnico-administrativos e sete mil docentes podem se aposentar no próximo ano. De acordo com a Federação, se isso ocorrer de fato, a universidade pode fechar as portas em áreas estratégicas. "A luta para o próximo ano será árdua", é o que confirmam os coordenadores e base da Federação presentes ao ato de encerramento do movimento. (Fonte: FASUBRA)

Somos uma categoria que luta, protesta e não se cala perante injustiças. Somos os trabalhadores de uma universidade pública, gratuita e de qualidade. Somos os trabalhadores



Atividades. Dia após dia, nos empenhamos em prol da melhoria dos salários e benefícios em Educação das universidades federais do Ceará.



-  15.07.15 - HEMOCE - GREVE NA UFC
-  15.07.15 - Dia de doação de sangue - UFCA
-  15.07.15 - Hemoce - GREVE NA UFC
-  15.07.15 - UFCA - Dia de doação de sangue
-  15.07.15 - Dia de doação de sangue SOBRAL/UFCA
-  20.07.15 - UNILAB VAI À PRAÇA - Caminhada em Redenção
-  20.07.15 - UNILAB VAI À PRAÇA
-  23.09.15 - Ato na Receita Federal - UFC
-  28.08.15 - Universidades vão à praça
-  28.08.15 - Universidades vão à praça
-  28.08.15 - Universidades vão à praça
-  30.06.15 - Assembleia na UNILAB
-  31.07.15 - Debate PCCTAE e Reconhecimento de Saberes/UFCA
-  Parabéns aos aposentados, sempre engajados na luta!

GREVE NO SERVIÇO PÚBLICO. A quem interessa?

Os movimentos grevistas instalados no país resultam, principalmente, da intransigência dos patrões que, naturalmente, insistem em não corrigir as distorções salariais provocadas pelas perdas inflacionárias que corroem e tiram o poder aquisitivo dos trabalhadores, subtraindo-lhes a possibilidade de terem melhor qualidade de vida, sem oferecer-lhes, inclusive, condições adequadas de trabalho. Em qualquer sistema produtivo, os trabalhadores são os verdadeiros propulsores do desenvolvimento e sucesso de uma empresa pública ou privada, portanto, dignos de melhor tratamento por parte de quem é o dono do negócio produtivo e lucrativo por ação dos seus colaboradores.

No caso dos funcionários públicos, a desfeita ainda é maior. O patrão-governo só os tem como importantes quando estão a desempenhar o seu papel, por função e ofício, na complexa, mas nobre tarefa de movimentação e organização da máquina estatal. Na hora de valorizá-los, conferindo-lhes salários e tratamento humano dignos, são considerados como "gastos de folha de pessoal" e afirmam que o país não dispõe de dinheiro para garantir-lhes o mínimo, que é a reposição dos índices inflacionários produzidos nos laboratórios financeiros incompetentes e pouco convencionais do próprio governo.

Daí se explica o amargor dos remédios receitados à população para ajustar as contas públicas descontroladas pela má gestão do Estado, sem direito nem a uma colherzinha de açúcar ou uns dois pingos de adoçante. São medidas perversas e desumanas e um desrespeito à Constituição Brasileira que garante a data-base e reajuste anual dos funcionários públicos. Os efeitos colaterais decorrentes dos remédios aplicados aparecem nas manifestações sociais e nos movimentos de greve. O descaso do governo é tão evidente que, em mais de cem dias de paralisação nas universidades, o governo acenou com uma proposta (indecente) de negociação de "reposição da inflação em 4 anos, sem contar com as perdas inflacionárias pretéritas e com projeções futuras

fora da realidade". Isso não se constitui negociação minimamente digna dos trabalhadores públicos.

A sociedade é quem mais sofre com isso e os prestadores de serviços públicos também, pois não gostariam de chegar a esse ponto. Há, por parte desses trabalhadores, a consciência do seu dever para com a população brasileira. E o governo, qual a sua reflexão a respeito desse assunto, quando deixa que um período tão longo de greve aconteça sem uma razoável resolutividade? Que desleixo é esse para com a sociedade e para com os trabalhadores do serviço público? O governo deixa claro que a sua pretensão é desgastá-los ao máximo, suprimindo, cada vez mais, os seus direitos, colocando-os em situação vexatória perante à sociedade e, assim, poder avançar na terceirização do setor público que, a cada dia, está mais próximo dessa realidade. No caso das Universidades Federais, esse exemplo é bem aguçado: contratação de empresas de vigilância, manutenção, apoio administrativo, fornecimento de refeições etc. Gritante foi a implantação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH, contratada para o gerenciamento dos hospitais universitários de todo o Brasil que, diga-se de passagem, está uma lástima.

A atividade pública é para ser considerada investimento estatal com controle público na prestação de serviço de qualidade à sociedade e esta deve cobrar, permanentemente, a qualidade desses serviços.

Finalmente, é oportuno que a sociedade saiba que, contrariamente, ao que é veiculado, constantemente, na grande mídia, os salários praticados no serviço público estão altamente defasados, o que acarreta sofrimento pessoal e instabilidade familiar dos agentes responsáveis pela manutenção do serviço público.

Por José Raimundo Soares
Coordenador Geral do Sintufce

Artigo publicado na edição do jornal O Povo de 24 de setembro de 2015.

Editorial

Em 1937, com a criação do Conselho Federal do Serviço Público Civil, o presidente Getúlio Vargas instituiu o Dia do Servidor Público como sendo em 28 de outubro. O Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais no Estado do Ceará - SINTUFCE registra esse dado histórico para homenagear, com muito orgulho, os servidores das três instituições a ele filiadas - UFC, UFCA e UNILAB. São 78 anos decorridos de uma data que deve ser comemorada por todos os cidadãos brasileiros em homenagem a esses valorosos trabalhadores pelos relevantes serviços prestados à sociedade, bem como pelo grau de compromisso demonstrado para com a população que deles precisa.

Pessoas que elegeram o encargo de servir ao público e encaram essa missão da melhor forma possível, e certificam sua atuação profissional de agente público como fator decisivo no processo de desenvolvimento econômico e social do país. As três universidades federais do Ceará são o exemplo categórico disso.

Hoje, a mais antiga - UFC, por conseguinte a mais experiente, está no rol das melhores do país. As outras duas, UNILAB e UFCA,

já despontam como universidades de alta relevância no processo de interiorização do ensino e da cultura regional, participando decisivamente do desenvolvimento da população onde estão inseridas com larga abrangência regional.

Enfim, em todas as instituições públicas (ensino, saúde, previdência social, segurança, justiça), há sempre a atuação relevante desses trabalhadores, objetivando o bem da sociedade. Por tudo isso, é justo render-lhes tributo por sua importante função social e, mais que isso, é preciso valorizá-los na medida do que representam para a sociedade, viabilizando melhores condições de trabalho, respeito e salário digno.

Urge que o poder central desvende os olhos e passe a enxergar os funcionários públicos como aguerridos colaboradores e construtores de uma nação livre e forte. O SINTUFCE parabeniza todos os trabalhadores das Universidades Federal do Ceará, Federal do Cariri e Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira na data que lhes é consagrada.

Diretoria Colegiada SINTUFCE